



**18ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações
Unidas sobre Alterações Climáticas
Doha, 26 de Novembro a 7 de Dezembro 2012**

**DISCURSO SRA. MINISTRA DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

Senhor Presidente

Senhores Ministros - colegas,

Senhoras e Senhores,

Permitam-me agradecer ao Estado do Qatar e ao
Presidente da 18ª Conferência das Partes das Nações
Unidas para as Alterações Climáticas, pela organização
desta importante Conferência.

Deixem-me em primeiro lugar associar-me à declaração
da União Europeia e dos seus 27 Estados-Membros.



Senhor Presidente,

Permita-me ser clara. Portugal pretende alcançar em Doha a adopção de uma emenda ao Protocolo de Quioto que nos permita começar a implementação dos nossos compromissos e outras responsabilidades inerentes ao segundo período de cumprimento , a começar no dia 1 de janeiro de 2013.

Mas, Sr. Presidente,

Uma resolução desta Conferência que se centre APENAS no Protocolo de Quioto não será suficiente para nos manter no caminho para o nosso objectivo global.

Esperamos alcançar progresso na definição do programa de trabalhos que permita a adopção de um novo acordo legalmente vinculativo até 2015, aplicável a todas as Partes da Convenção no contexto do Grupo de Trabalho da Plataforma de Durban.



Esperamos igualmente obter avanços significativos na definição do plano de trabalhos sobre ambição pré-2020 no contexto do trabalho na Plataforma de Durban.

Um resultado equilibrado nesta Conferência passa ainda por concluir com sucesso os trabalhos do Grupo de Trabalho para cooperação no Longo prazo lançado em 2007.

Precisamos de ter a certeza que todos estamos a caminhar na mesma direção – ainda que a velocidades diferentes.



Sr. Presidente,

Permita-me que faça umas notas adicionais sobre o nosso “trabalho de casa”. Portugal cumprirá com a sua meta de Quioto e estamos a trabalhar já com os olhos em 2020 para cumprir os objetivos decorrentes da meta de redução de 20% indicada pela União Europeia. Estaremos prontos para começar a implementar os nossos compromissos desde 1 de janeiro de 2013. Este nosso esforço foi recentemente reconhecido por um estudo independente de várias ONG’s. Este estudo coloca Portugal como o 3º país, a nível mundial, com melhor desempenho na área das alterações climáticas.



Sr. Presidente,

Enquanto país que também é vulnerável aos impactes das alterações climáticas, conforme demonstrado por episódios recentes de seca, estamos a explorar novas medidas que nos permitam em simultâneo reduzir as nossas emissões e tornar a nossa economia mais competitiva e resiliente.

O Roteiro Nacional de Baixo Carbono no horizonte 2050 que concluímos este ano é um instrumento fundamental para a identificação de elementos críticos na definição da política climática para o horizonte de 2020 e mais além.

Permitam-me salientar que Portugal adoptou legislação que estabelece que a totalidade das receitas que lhe são devidas através dos leilões do Comércio de Licenças de Emissão Europeu será alocada a alterações climáticas.



Numa conjuntura de fortes restrições financeiras e económicas esta legislação representa um sinal do nosso compromisso continuado com um futuro de baixo carbono.

Parte destas receitas novas e adicionais será utilizada na manutenção do apoio em matéria de alterações climáticas a países em desenvolvimento e em particular aos nossos parceiros no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – em particular em África e Timor-Leste - dando seguimento à iniciativa fast start.



Sr. Presidente,

Como nota final, permita-me sublinhar que Doha tem de dar continuidade ao espírito com que saímos de Durban e mover-nos de forma decisiva rumo a uma resposta global às alterações climáticas que seja mais eficaz, mais justa e mais ambiciosa, e que seja juridicamente vinculativa para todas as Partes.

Por todas estas razões, comprometemo-nos a prestar todo o apoio aos esforços do Estado do Qatar nestes últimos dias decisivos, na obtenção de um bom resultado em Doha.

Muito Obrigada!